



Relatório de Gestão

2018

ÍNDICE

Introdução	2
1 – Situação económica relativa ao exercício	3
1.1 – Análise da Execução Orçamental	3
1.2 – Análise da receita corrente	4
1.3 – Análise da receita de capital	5
1.4 – Análise da despesa corrente	5
1.5 – Análise da despesa de capital	7
1.6 - Análise do Plano Plurianual de Investimentos	8
1.7 – Análise das Grandes Opções do Plano	9
1.8 – Análise dos custos e proveitos	10
1.9 – Contabilidade Analítica	11
2 – Situação Financeira e Patrimonial	12
2.1 - Dívidas de terceiros a curto, médio e longo prazo	12
2.2 - Dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo	13
2.3 – Limites ao Endividamento	13
3 – Equilíbrio Orçamental	15
4 – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	16
5 - Proposta fundamentada de aplicação de resultados	17
6 – Outras informações relevantes	17
7 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	18
8 – Disposição Final	18

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2018

INTRODUÇÃO

Para cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/98, de 22 de fevereiro (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente relatório de Gestão referente ao ano de 2018.

O Relatório de Gestão tem por finalidade complementar os Documentos da Prestação de Contas da atividade deste executivo camarário, de acordo com o POCAL. Pretende evidenciar a situação económica e financeira relativamente ao exercício findo, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetos inicialmente aprovados.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, o relatório a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação de resultados;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Em conformidade com o definido na lei, o relatório de gestão estrutura-se da seguinte forma:

- 1 – Situação económica relativa ao exercício
 - 1.1 – Análise da Execução Orçamental
 - 1.2 – Análise da receita corrente
 - 1.3 – Análise da receita de capital
 - 1.4 – Análise da despesa corrente
 - 1.5 – Análise da despesa de capital
 - 1.6 - Análise do Plano Plurianual de Investimentos
 - 1.7 – Análise das Grandes Opções do Plano
 - 1.8 – Análise dos custos e proveitos do exercício
- 2 – Análise da Situação Financeira e Patrimonial
 - 2.1 - Dívidas de terceiros a curto, médio e longo prazos
 - 2.2 - Dívidas a terceiros a curto, médio e longo prazos
 - 2.3 - Limites ao Endividamento
- 3 – Equilíbrio Orçamental
- 4 – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)
- 5 - Proposta fundamentada de aplicação de resultados
- 6 – Outras informações relevantes
- 7 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício
- 8 – Disposição Final

1. Situação Económica Relativa ao Exercício

1.1 - Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2018, correspondeu em relação aos objetivos traçados no orçamento às seguintes taxas de execução:

- Foi atingido um grau de **execução do orçamento da despesa de 68,32%**, a que corresponde um montante de despesa de 11.494.129,81 €.

- **As despesas de capital** apresentam um grau de execução de **46,85%**, correspondendo 3.425.918,36 €.

- **As despesas correntes** apresentam um grau de execução de **84,83 %**, a que corresponde um montante de 8.068.211,45 €.

(Grau de execução do Orçamento)

Despesa	Dotação (€)	Execução (€)	Grau Execução
Despesa corrente	9 511 524,41 €	8 068 211,45 €	84,83%
Despesa capital	7 311 910,30 €	3 425 918,36 €	46,85%
TOTAL Despesa	16 823 434,71 €	11 494 129,81 €	68,32%

Receita	Previsão (€)	Execução (€)	Grau Execução
Receita corrente	10 049 528,03 €	9 686 380,86 €	96,39%
Receita capital	3 316 786,34 €	1 701 436,08 €	51,30%
Outras Receitas	3 457 120,34 €	3 564 926,85 €	103,12%
TOTAL Receita	16 823 434,71 €	14 952 743,79 €	88,88%

Em termos de execução propriamente dita, constata-se que:

- As **despesas de capital correspondem a 29,81 %** das despesas totais da autarquia,

- As **receitas de capital correspondem a 14,08 %** das receitas totais da autarquia.

Tipo	Receitas	Grau %	Despesas	Grau %
Correntes	9 686 380,86 €	85,06%	8 068 211,45 €	70,19%
Capital	1 701 436,08 €	14,94%	3 425 918,36 €	29,81%
Totais	11 387 816,94 €	100%	11 494 129,81 €	100%

Relativamente ao ano de 2017, constata-se ao nível da despesa, um aumento de 160.524,39 €, conforme quadro infra:

Ano	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
2017	7 648 317,16 €	3 685 288,26 €	11 333 605,42 €
2018	8 068 211,45 €	3 425 918,36 €	11 494 129,81 €
Variação	419 894,29 €	- 259 369,90 €	160 524,39 €

Comparativamente ao ano de 2017, as receitas da autarquia diminuíram em 143.056,35 €.

Ano	Receita Corrente	Receita de Capital	Total
2017	9 686 959,49 €	1 843 913,80 €	11 530 873,29 €
2018	9 686 380,86 €	1 701 436,08 €	11 387 816,94 €
Varição	- 578,63 €	- 142 477,72 €	- 143 056,35 €

1.2 - Análise da Receita Corrente

Da análise da receita corrente total de 9.686.380,86 €, podemos constatar que as mais significativas são as provenientes das Transferências de diversas entidades, representando 67,24 % da totalidade, das quais 9,70% correspondem aos Fundos Municipais a título de participação nos impostos (FEF, FSM e PIRS). As restantes 4,30% das transferências correntes correspondem a financiamento de projetos municipais, nomeadamente os programas do IEPF, da Direção-Geral Dos Estabelecimentos Escolares, Gabinete Técnico Florestal e do projeto de cadastro das redes de águas e de saneamento (POSEUR-03-2012-FC-000121).

Receita Corrente	Cobrança Bruta (€)	% na receita corrente
Impostos diretos	990 802,48 €	10,23%
Impostos indiretos	21 769,96 €	0,22%
Taxas, multas e outras penalidades	53 255,14 €	0,55%
Rendimentos de propriedade	878 631,20 €	9,07%
FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro)	6 002 317,00 €	61,97%
FSM (Fundo Social Municipal)	135 613,00 €	1,40%
IRS (Participação no IRS)	212 655,00 €	2,20%
Transferências - Outros	56 544,59 €	0,58%
Transferências - Serviços e Fundos Autónomos	285 154,27 €	2,94%
Venda de Bens	341 725,59 €	3,53%
Venda de Serviços	607 723,10 €	6,27%
Rendas	0,00 €	0,00%
Outras Receitas Correntes	100 189,53 €	1,03%
Total da Receita Corrente	9 686 380,86 €	100,00%

Relativamente ao ano de 2017, verificou-se a seguinte evolução:

Receita Corrente	2017	2018	Varição
Impostos diretos	1 235 239,59 €	990 802,48 €	-19,8%
Impostos indiretos	18 831,85 €	21 769,96 €	15,6%
Taxas, multas e outras penalidades	51 921,56 €	53 255,14 €	2,6%
Rendimentos de propriedade	1 008 045,42 €	878 631,20 €	-12,8%
Transf. - Fundos Municipais	6 256 661,00 €	6 350 585,00 €	1,5%
Transf. - Outros	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Transf. - União Europeia	47 416,04 €	56 544,59 €	19,3%
Transf. - Serv. e Fundos Autónomos	209 621,91 €	285 154,27 €	36,0%
Venda de Bens	299 234,51 €	341 725,59 €	14,2%
Venda de Serviços	544 065,53 €	607 723,10 €	11,7%
Outras Receitas Correntes	15 922,08 €	100 189,53 €	529,2%
Total da Receita Corrente	9 686 959,49 €	9 686 380,86 €	-0,01%

De salientar que a diminuição da receita cobrada a título de impostos diretos foi compensada pelo aumento da receita com a Transferências do Orçamento de Estado (Fundos Municipais), pelo que em termos globais a receita arrecada nos dois anos é similar.

1.3 - Análise da Receita de Capital

Da análise da receita de capital, constata-se que no ano de 2017 as mais significativas foram as provenientes de transferências de capital para financiamento de projetos com participação financeira.

Receita de Capital	Cobrança (€)	% na receita de capital
Venda de Bens de Investimento	3 955,00 €	0,23%
Transf. – Entidades Privadas	0,00 €	0,00%
FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro)	666 924,00 €	39,20%
Transf - União Europeia	915 833,57 €	53,83%
Passivos Financeiros	0,00 €	60,43%
Outras Receitas de Capital	114 723,51 €	6,74%
Total da Receita de Capital	1 701 436,08 €	100,00%

Relativamente a 2017, registou-se a seguinte evolução das receitas de capital:

Receita de Capital	2017	2018	Varição
Venda de Bens de Investimento	29 847,83 €	3 955,00 €	-86,7%
Transf. – Entidades Privadas	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Transf. - Fundos Municipais	657 141,00 €	666 924,00 €	1,5%
Transf. - União Europeia	42 622,70 €	915 833,57 €	2048,7%
Passivos Financeiros	1 114 302,27 €	0,00 €	-100%
Outras Receitas de Capital	0,00 €	114 723,51 €	#DIV/0!
Total da Receita de Capital	1 843 913,80 €	1 701 436,08 €	-7,7%

Constata-se em relação a 2017 o aumento significativo das receitas provenientes dos fundos comunitários.

1.4 - Análise da Despesa Corrente

Em termos de despesa corrente as segundas mais significativas destinam-se a financiar despesas com o pessoal, consumindo 37,29% da despesa corrente. Saliente-se que neste valor para além do pessoal do quadro, estão englobadas as despesas com os titulares dos órgãos autárquicos, pessoal contratado, seguros de acidentes em serviço e com a segurança social. As despesas correntes mais significativas são com a aquisição de bens e serviços, representando 48,60% da despesa corrente.

(Estrutura da despesa corrente)

Despesas Correntes	Execução (€) 2018	% na despesa corrente
Titulares Órgãos Autárquicos	107 427,39 €	1,33%
Pessoal - Quadro	1 544 484,89 €	19,14%
Pessoal - Contrato a Termo	25 038,27 €	0,31%
Pessoal - Outra Situação	141 850,34 €	1,76%
Representação - Membros	21 933,52 €	0,27%
Representação - Quadro	9 349,36 €	0,12%
Suplementos e Prémios	0,00 €	0,00%
Subsidio Refeição - Quadros	153 231,83 €	1,90%
Subsidio Refeição - Outra Situação	9 807,50 €	0,12%
Subsidio Refeição - Membros	3 534,57 €	0,04%
Subsidio Ferias e Natal - Quadros	253 943,10 €	3,15%
Subsidio Ferias e Natal - Outra Situação	19 707,43 €	0,24%
Abonos Variáveis e Eventuais	61 936,40 €	0,77%
Segurança Social	656 019,82 €	8,13%
Aquisição de Bens	629 398,59 €	7,80%
Aquisição de Serviços	3 291 721,10 €	40,80%
Juros e Outros Encargos	101 556,71 €	1,26%
Juros empréstimos Bancários	0,00 €	0,00%
Outros Juros	0,00 €	0,00%
Transferências Correntes	896 830,95 €	11,12%
Subsídios	57 527,83 €	0,71%
Outras Despesas Correntes	82 911,85 €	1,03%
Total da Despesa Corrente	8 068 211,45 €	100,00%

Comparativamente a 2017, verifica-se, que a despesa corrente aumentou 5,50%.

O quadro seguinte é exemplificativo da evolução da despesa corrente.

Despesas Correntes	2017	2018	Variação
Titulares Órgãos Autárquicos	105 171,90 €	107 427,39 €	2,1%
Pessoal - Quadro	1 425 038,80 €	1 544 484,89 €	8,4%
Pessoal - Contrato a Termo	14 736,40 €	25 038,27 €	69,9%
Pessoal - Outra Situação	258 179,68 €	141 850,34 €	-45,1%
Representação - Membros	22 041,60 €	21 933,52 €	-0,5%
Representação - Quadro	8 791,12 €	9 349,36 €	6,4%
Subsidio Refeição	159 515,55 €	166 573,90 €	4,4%
Subsidio Ferias e Natal	278 400,20 €	273 650,53 €	-1,7%
Abonos Variáveis e Eventuais	57 428,96 €	61 936,40 €	7,8%
Segurança Social	650 659,29 €	656 019,82 €	0,8%
Aquisição de Bens	694 787,55 €	629 398,59 €	-9,4%
Aquisição de Serviços	3 081 395,88 €	3 291 721,10 €	6,8%
Juros empréstimos Bancários	103 806,80 €	101 556,71 €	-2,2%
Outros Juros	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Transferências Correntes	705 834,82 €	896 830,95 €	27,1%
Subsídios	32 642,16 €	57 527,83 €	76,2%
Outras Despesas Correntes	49 886,45 €	82 911,85 €	66,2%
Total da Despesa Correntes	7 648 317,16 €	8 068 211,45 €	5,5%

De salientar que a diminuição das despesas com pessoal noutra situação se deve ao facto de no primeiro semestre de 2018 terem terminado os acordos de cedência com o pessoal da Miranda Cultural, tendo esses postos de trabalho sido preenchidos por via da celebração de contratos a tempo indeterminado, onerando a rubrica de despesas com pessoal dos quadros.

1.5 - Análise da Despesa de Capital.

Na despesa de capital, a fatia mais significativa destinou-se à aquisição de bens de capital (investimentos), com 71,81%.

Despesas de Capital	Valor de Execução (€)	% na despesa de capital
Aquisição de Bens de Capital	2 460 268,35 €	71,81%
Transferências de capital	17 024,34 €	0,50%
Ativos Financeiros	58 242,75 €	1,70%
Passivos Financeiros	890 382,92 €	25,99%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%
Total despesas Capital	3 425 918,36 €	100,00%

Comparativamente a 2017, as despesas de capital diminuíram em 259.369,90 €, correspondendo a uma variação negativa de 7%.

Despesas de Capital	2017	2018	Varição
Aquisição de Bens de Capital	2 371 644,55 €	2 460 268,35 €	3,7%
Transferências de capital	379 046,60 €	17 024,34 €	-95,5%
Ativos Financeiros	77 657,00 €	58 242,75 €	-25,0%
Passivos Financeiros	856 940,11 €	890 382,92 €	3,9%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
Total despesas Capital	3 685 288,26 €	3 425 918,36 €	-7,0%

1.6 - Análise do Plano Plurianual de Investimentos.

Os maiores investimentos foram canalizados para a execução de investimentos nas funções sociais, seguindo-se os investimentos na área das funções económicas.

QUADRO RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FUNÇÕES				
CÓDIGO	FUNÇÕES		Valor (Euros)	%
1.	Funções Gerais			
1.1.0.	Serviços Gerais de Administração Pública			
1.1.1.	Administração Geral	111 604,13		
1.2.0.	Segurança e Ordem pública			
1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios			
1.2.2.	Polícia Municipal		111 604,13	4,43%
2.	Funções Sociais			
2.1.0.	Educação			
2.1.1.	Ensino não Superior	0,00		
2.2.0.	Saúde			
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	0,00		
2.3.0.	Segurança e Ação Sociais			
2.3.1.	Segurança Social	0,00		
2.3.2.	Ação Social	0,00		
2.4.0.	Habitação e Serviços coletivos			
2.4.1.	Habitação	0,00		
2.4.2.	Ordenamento do Território	176 725,57		
2.4.3.	Saneamento	336 325,76		
2.4.4.	Abastecimento de Água	617 417,59		
2.4.5.	Resíduos Sólidos	0,00		
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da Natureza	0,00		
2.5.0.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			
2.5.1.	Cultura	85 880,32		
2.5.2.	Desporto, Recreios e Lazer	84 031,14		
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	1 300 380,38	51,63%
3.	Funções Económicas			
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	18 682,50		
3.2.0.	Indústria e Energia	71 750,00		
3.3.0.	Transportes e Comunicações			
3.3.1.	Transportes Rodoviários	514 856,83		
3.3.2.	Transportes Aéreos	0,00		
3.3.3.	Transportes Fluviais	0,00		
3.4.0.	Comércio e Turismo			
3.4.1.	Mercados e Feiras	0,00		
3.4.2.	Turismo	442 994,51		
3.5.0.	Outras Funções Económicas	0,00	1 048 283,84	41,62%
4.	Outras Funções			
4.2.	Transferências entre Administrações			
4.2.0.	Transferências entre Administrações	58 242,75	58 242,75	2,31%
		TOTAIS:	2 518 511,10	100,00%

1.7 - Análise das Grandes Opções do Plano.

Da análise das Grandes Opções do Plano, que inclui para além das despesas de Investimento (PPI), as transferências para outras instituições, operações da dívida pública e as despesas correntes imputadas diretamente às funções, constata-se que dos 5.724.439,11 €, 43,26 % são canalizados para as Funções Sociais, 24,39 % para as operações da dívida pública e 27,65% para as funções económicas.

QUADRO RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES			
CÓDIGO	FUNÇÕES	Valor (Euros)	%
1.	Funções Gerais		
1.1.0.	Serviços Gerais de Administração Pública		
1.1.1.	Administração Geral	111 604,13	
1.2.0.	Segurança e Ordem Pública		
1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	157 350,34	
1.2.2.	Polícia Municipal		
		268 954,47	4,70%
2.	Funções Sociais		
2.1.0.	Educação		
2.1.1.	Ensino não Superior	0,00	
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	314 523,21	
2.2.0.	Saúde		
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	0,00	
2.3.0.	Segurança e Ação Sociais		
2.3.1.	Segurança Social	0,00	
2.3.2.	Ação Social	10 598,05	
2.4.0.	Habitação e Serviços Coletivos		
2.4.1.	Habitação	0,00	
2.4.2.	Ordenamento do Território	176 725,57	
2.4.3.	Saneamento	336 325,76	
2.4.4.	Abastecimento de Água	662 014,55	
2.4.5.	Resíduos Sólidos	492 186,25	
2.4.6.	Proteção do meio Ambiente e conservação da Natureza	0,00	
2.5.0.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos		
2.5.1.	Cultura	337 216,65	
2.5.2.	Desporto, Recreios e Lazer	146 781,14	
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	
		2 476 371,18	43,26%
3.	Funções Económicas		
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	18 682,50	
3.2.0.	Indústria e Energia	481 566,67	
3.3.0.	Transportes e Comunicações		
3.3.1.	Transportes Rodoviários	514 856,83	
3.3.2.	Transportes Aéreos	0,00	
3.3.3.	Transportes Fluviais	0,00	
3.4.0.	Comércio e Turismo		
3.4.1.	Mercados e Feiras	108 110,00	
3.4.2.	Turismo	459 451,91	
3.5.0.	Outras Funções Económicas	0,00	
		1 582 667,91	27,65%
4.	Outras Funções		
4.1.0.	Operações da Dívida Pública	991 939,63	
4.2.0.	Transferências entre Administrações	404 505,92	
		1 396 445,55	24,39%
	TOTAIS:	5 724 439,11	100,00%

1.8 - Análise dos custos e proveitos do exercício.

O quadro seguinte demonstra os custos e proveitos incorridos no exercício de 2018 e de 2017, bem como a sua variação.

Código das contas		Exercício		Variação
		2018	2017	
Custos e perdas				
61	Custos das merc. vendidas e das matérias consumidas	454 923,94	538 651,19	-83 727,25
62	Fornecimentos e serviços externos	3 413 816,30	3 178 139,58	235 676,72
64	Custos com Pessoal	3 042 888,69	3 008 239,82	34 648,87
63	Transf. e subs. Corr. concedidos e prest. sociais	948 496,16	753 450,66	195 045,50
66	Amortizações do exercício	3 791 899,55	2 875 110,16	916 789,39
67	Provisões do exercício	0,00	2 000,00	-2 000,00
65	Outros custos e perdas operacionais	97 855,42	57 717,89	40 137,53
68	Custos e perdas financeiras	111 947,71	119 582,54	-7 634,83
69	Custos e perdas extraordinárias	84 249,03	394 634,12	-310 385,09
Total de custos e perdas		11 946 076,80	10 927 525,96	1 018 550,84
Proveitos e ganhos				
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00
7112+7113	Vendas de produtos	336 120,77	316 316,86	19 803,91
712	Prestações de serviços	584 043,69	553 752,12	30 291,57
72	Impostos e taxas	1 015 001,20	1 389 821,87	-374 820,67
75	Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €
73	Proveitos suplementares	372,00	372,00	- €
74	Transferências e subsídios obtidos	7 395 149,53	7 169 257,46	225 892,07
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	- €	- €	0,00
78	Proveitos e ganhos financeiros	986 944,97	1 007 947,50	-21 002,53
79	Proveitos e ganhos extraordinários	523 722,64	427 619,99	96 102,65
Total de proveitos e ganhos		10 841 354,80	10 865 087,80	-23 733,00
Resumo		Exercícios		Variação
		2018	2017	
Resultados operacionais:		-2 419 192,87	-983 788,99	-1 435 403,88
Resultados financeiros:		874 997,26	888 364,96	-13 367,70
Resultados correntes:		-1 544 195,61	-95 424,03	-1 448 771,58
Resultado líquido do exercício:		-1 104 722,00	-62 438,16	-1 042 283,84

Salienta-se um aumento dos custos no valor de 1.018.550,84 €. Contudo salienta-se que no ano de 2018, procedeu-se à inventariação das redes de águas e de saneamentos existentes à data de entrada do POCAL (01/10/2002). Dessa inventariação resultou um incremento do valor do imobilizado bruto em 17.052.125,06 €, com uma vida útil de 20 anos, com efeitos à entrada do POCAL. Foram, em 2018, com efeitos a 31/12/2017, registadas amortizações acumuladas de 13.787.703,91 €. Resulta que as amortizações do exercício de 2018, em relação ao ano de 2017, sofreram um incremento de 852.606,25 € pelo que a demonstração de resultados não é comparável, em termos de amortizações do exercício.

Assim, expurgando o resultado derivado do ajustamento do imobilizado, que incrementou os custos de 2018 em 852.606,25 €, a variação dos resultados líquidos em relação a 2017 é de 189.677,59 € e o resultado líquido de 2018 de 252.115,75 €.

1.9 – Contabilidade Analítica

Pese embora a descrição das limitações da contabilidade analítica que constam do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, constata-se que as funções sociais são as que mais custos incorporam, absorvendo 7.820.983,26 €, a que corresponde 65,47% dos custos totais apurados no ano de 2018.

97	CUSTOS POR FUNÇÕES	11 946 076,80 €	Peso Relativo
97.1	FUNÇÕES GERAIS	2 047 365,64 €	17,14%
97.1.1	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1 823 890,51 €	15,27%
97.1.1.1	ADMINISTRACAO GERAL	1 823 890,51 €	15,27%
97.1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	223 475,13 €	1,87%
97.1.2.1	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	223 475,13 €	1,87%
97.2	FUNÇÕES SOCIAIS	7 820 983,26 €	65,47%
97.2.1	EDUCAÇÃO	641 315,53 €	5,37%
97.2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	187 638,94 €	1,57%
97.2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	453 676,59 €	3,80%
97.2.2	SAÚDE	25 315,25 €	0,21%
97.2.2.0	SAÚDE	25 315,25 €	0,21%
97.2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	1 098,44 €	0,01%
97.2.3.2	ACÇÃO SOCIAL	1 098,44 €	0,01%
97.2.4	HABITAÇÃO E SERVICOS COLECTIVOS	5 512 163,05 €	46,14%
97.2.4.1	HABITAÇÃO	502,53 €	0,00%
97.2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1 557 449,78 €	13,04%
97.2.4.3	SANEAMENTO	892 669,12 €	7,47%
97.2.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1 711 264,09 €	14,32%
97.2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	672 969,09 €	5,63%
97.2.4.6	PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	677 308,44 €	5,67%
97.2.5	SERVICOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1 641 090,99 €	13,74%
97.2.5.1	CULTURA	1 112 991,22 €	9,32%
97.2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	528 099,77 €	4,42%
97.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 491 642,32 €	12,49%
97.3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	225 577,40 €	1,89%
97.3.1.0	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	225 577,40 €	1,89%
97.3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	566 156,82 €	4,74%
97.3.2.0	INDÚSTRIA E ENERGIA	566 156,82 €	4,74%
97.3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	408 308,85 €	3,42%
97.3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	408 308,85 €	3,42%
97.3.4	COMÉRCIO E TURISMO	234 494,70 €	1,96%
97.3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	62 123,26 €	0,52%
97.3.4.2	TURISMO	172 371,44 €	1,44%
97.3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	57 104,55 €	0,48%
97.3.5.0	OUTRAS FUNÇÕES ECONOMICAS	57 104,55 €	0,48%
97.4	OUTRAS FUNÇÕES	586 085,58 €	4,91%
97.4.1	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	146 986,11 €	1,23%
97.4.1.0	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	146 986,11 €	1,23%
97.4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	439 099,47 €	3,68%
97.4.2.0	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	439 099,47 €	3,68%
97.4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	- €	0,00%

2. Situação Financeira e Patrimonial

2.1 – Dívidas de terceiros a curto, médio e longo prazos.

As dívidas de terceiros a curto prazo, são de 177.419,26 €, referentes a clientes, contribuintes e utentes da autarquia, encontrando-se constituídas provisões para cobranças duvidosas de 19.967,22 €. Não existem dívidas a médio e longo prazos.

2.2 – Dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo.

A autarquia termina o ano económico com um stock de dívida orçamental de 4.482.071,57 €, a que corresponde face ao ano anterior a uma diminuição de 864.466,04 €. A dívida de curto prazo representa o valor de 41.183,08 € da dívida total.

Na análise, a contribuição para o FAM – Fundo de Apoio Municipal - não é tida em conta, sendo que o valor em dívida em 31/12/2018 é de 58.242,75 €.

Natureza/Ano	2017	2018
Fornecedores c/c (fornecedores de bens e serviços)	8 480,60 €	32 937,03 €
Estado	0,00 €	7 945,05 €
Transferências Adm. Autárquica e empresas Intermunicipais	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de Imobilizado	18 273,88 €	0,00 €
Empréstimos - Bancos - Curto prazo	0,00 €	0,00 €
Empréstimos - Bancos e Estado - médio e longo prazo	5 319 983,53 €	4 440 889,49 €
Outros Credores	0,00 €	300,00 €
Total	5 346 738,01 €	4 482 071,57 €

Do mapa dos empréstimos bancários conclui-se o seguinte:

O montante da dívida de médio e longo prazo, empréstimos bancários e do estado (PREDE e PAEL) reportada a 31/12/2018 é de 4.440.899,49 €, dos quais 146.484,87 €, correspondem a financiamento de investimentos de para reparação dos prejuízos resultantes das intempéries ocorridas em 2001.

O quadro seguinte decompõe a dívida de médio e longo prazo por entidades credoras.

Entidades Bancárias	Dívida 31/12/2018
CGD	948.311,31 €
BCP/MILLENNIUM	154.949,02 €
Caixa Crédito Agrícola	1.950.057,93 €
Direção Geral do Tesouro (Estado)	1.387.571,23 €
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS M/L PRAZOS	4.440.889,49 €

Excluídos do cálculo do limite do endividamento, nos casos em que haja a necessidade de se aplicar a lei 2/2007, de 15 de janeiro em concreto para monitorização do empréstimo de saneamento financeiro e do empréstimo ao abrigo do PAEL, visto terem sido contratados na vigência desta Lei, conforme quadro infra.

CGD - Decreto-Lei 38-C/2001	146.484,87 €
Totais	146.484,87 €

2.3 - Limites ao Endividamento

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O quadro seguinte demonstra o cálculo do limite da dívida total de operações orçamentais que é para 31/12/2018, de 13.857.946,15 €.

Receitas Relevantes para efeitos de cálculo do Limite de Endividamento	Receitas Brutas (1)	Restituições pagos (2)	Receita Líquida (3)=(1)-(2)	Observações
Receitas Correntes do Ano 2015	8 851 210,96	29 491,38	8 821 719,58	
Receitas Correntes do Ano 2016	9 210 630,17	2 000,95	9 208 629,22	
Receitas Correntes do Ano 2017	9 686 959,49	1 416,00	9 685 543,49	
TOTAL DA RECEITA RELEVANTE	27 748 800,62	32 908,33	27 715 892,29	
Média Aritmética da Receita Relevante dos três exercícios anteriores			9 238 630,76	(A)
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			13 857 946,15	(B) = 1,5 x (A)

O quadro seguinte apresenta a dívida total do Município na data de 01/01/2018 e na data de 31/12/2018, sendo para este último período é de 4.482.071,57 €, excluindo o valor da contribuição para o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Dívida total de Operações Orçamentais	No Início do Período 01-01-2018	No final do período- 31/12/2018	Observações
Administração Autárquica - Curto Prazo			
Associações de Municípios	0,00	0,00	
Empresas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	
Empréstimos - Médio e Longo Prazo			
Entidades Bancárias	3 281 107,00	2 906 833,39	
Estado	1 843 709,03	1 387 571,23	
Empréstimos excecionados - Legislação anterior	195 167,50	146 484,87	
Fundo de Apoio Municipal			
Fundo de Apoio Municipal	310 627,18	58 242,75	
Estado			
Contribuições Segurança Social - Entidade	0,00	0,00	
Outras Contribuições	0,00	0,00	
Fornecedores			
Fornecedores Gerais	860,32	500,92	
Fornecedoras - faturas em receção e conferência	7 620,28	32 436,11	
Credores pela execução do Orçamento	0,00	0,00	
Fornecedores de Imobilizado			
Fornecedores de Imobilizado C/c	0,00	0,00	
Fornecedores de Imobilizado- faturas em receção e conferência	18 273,88	0,00	
Leasing	0,00	0,00	
Outras Dívidas			
IVA	0,00	7 945,05	
Outras	0,00	300,00	
Total da Dívida Orçamental	5 657 365,19	4 540 314,32	
Dívida excecionada para efeitos de cálculo do Limite da Dívida Total			
Fundo de Apoio Municipal	310 627,18	58 242,75	
Total da Dívida Orçamental para efeitos de cálculo do limite ao Endividamento	5 346 738,01	4 482 071,57	(C)

O quadro seguinte demonstra a margem de endividamento do Município que à data de 31/12/2018, é de 9.375.874,58 €

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO - artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		
Designação	Montante	Observações
Receita Relevante para efeitos de cálculo do limite	13 857 946,15	(D) = (B)
Total da Dívida Orçamental	4 482 071,57	(E) = (C)
APURAMENTO		
Margem	9 375 874,58	Se Limite maior que dívida = (D)- (E)
Excesso		Se Dívida maior que limite = (E)- (D)

O quadro seguinte demonstra a dívida das entidades relevantes para efeitos de aplicação do artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

ENTIDADES DE RELAVANTES PARA EFEITOS DA DÍVIDA TOTAL - artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro				
Entidades Societárias	Dívida a incluir	NIPC	Capital Social	Percentagem Participação.
Miranda Carnes, Lda	21 180,23	503324132	149 639,37	49%
Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	n.a (não aplicável)	505542331		Indireta
Entidades Não Societárias	Dívida a incluir	NIPC	Capital Estatutário	Percentagem Imputação.
Associação Nacional de Municípios Portugueses (b)	208,22	501627413	n.a (não aplicável)	0,2830%
Associação de Municípios da Terra Fria	37,75	504004522	n.a	15,10%
Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos	39 526,16	503518689	n.a	20,39%
Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro	n.a (não aplicável)	G09305129	n.a	n.a
Turismo do Porto e Norte de Portugal	n.a (não aplicável)	508905435	n.a	n.a
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	19 894,80	510957544	n.a	9,01%
Duero Douro - Agrupacion Europea de Cooperacion Territorial Duero-Douro	n.a (não aplicável)	Q3700306H	n.a	n.a
Corane - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina	n.a (não aplicável)	503712914	n.a	Indireta
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes e Alto Douro	0,00	509620540	20 000,00	9,03%
Zasnet, AECT	n.a (não aplicável)	509245846	240 000,00	Indireta
Total da Dívida Orçamental	80 847,16	(F)		
Total da Dívida Orçamental Corrigida (b)	80 638,94	(F) Corrigido		

(b) – A dívida da ANMP, não releva para os limites

Por fim, o quadro seguinte demonstra a posição do Município face ao endividamento, incluindo o reporte das entidades relevantes para esse efeito. A margem é de 9.295.235,64€.

No entanto a Lei coloca um “travão”, em que o endividamento só pode aumentar até 20% da margem disponível apurada no início do ano. Significa que no final do ano de 2019 a dívida

total do Município não pode ultrapassar o valor da dívida apurada a 01/01/2019, de 4.482.071,57 €, acrescida da margem líquida, (9.295.235,64 € x 20% = 1.859.047,13€), totalizando 6.341.118,70 €, sem prejuízo deste valor ser alterado em função das eventual alteração das dívidas das operações orçamentais das entidades relevantes, apuradas em sede de encerramento das contas relativas ao exercício de 2018.

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO, incluindo as entidades a que alude o nº 1 do artigo 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		
Designação	Montante	Observações
Receita Relevante para efeitos de cálculo do limite	13 857 946,15	(G) = (B)
Total da Dívida Orçamental	4 562 710,51	(H) = (C) + (F)
APURAMENTO		
Margem	9 295 235,64	Se Limite maior que dívida = (G)-(H)
Excesso		Se Dívida maior que limite = (H)-(G)

3. Equilíbrio Orçamental

Em termos de equilíbrio orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

O Quadro seguinte demonstra o cálculo dos encargos médios com amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, que para o exercício de 2018, são de 968.1378,78 €.

Para os Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados antes d entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro:

Amortização Média de Empréstimos de Médio e Longos Prazos - Empréstimos anteriores à entrada em vigor do RFALEI (art 83º)											
Data da aprovação pela Ass. Municipal	Data da Contratação do empréstimo	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	CAPITAL Contratado (em euros)	Prazo de contrato	Nº de Anos em 31/12/2013		Capital em dívida 31/12/2013	Encargos Médios
		N.º do Registo	Data					Decorridos	Remanescentes		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (8)-(9)	(11)	(12) = (11)/(9)
29/09/1999	22/10/1999	14020	26/11/1999	Empréstimo para Investimentos/diversos (N)	CGD	723 256,95 €	20	14	6	358 144,25 €	59 690,71 €
29/06/2001	12/10/2001	Isento		Intempéries DL 38/C-2001 (I)	CGD	249 398,95 €	20	12	8	124 785,79 €	15 598,22 €
29/06/2001	12/10/2001	Isento		Intempéries DL 38/C-2001(I)	CGD	454 130,55 €	20	12	8	262 227,72 €	32 778,47 €
27/04/2001	08/04/2002	1127/02	10/05/2002	Arranjo Urbanístico da Rua C	CGD-BEI	149 484,00 €	15	11	4	42 350,05 €	10 587,51 €
27/09/2002	04/11/2002	3415	09/04/2003	Pavimentação Aruam. Aguas	BCP	253 588,34 €	20	10	10	143 294,80 €	14 329,48 €
27/09/2002	04/11/2002	3414	09/04/2003	Pavimentação Aruam. Sendim e Duas Igrejas (N)	BCP	304 016,70 €	20	10	10	171 557,69 €	17 155,77 €
29/12/2008	06/04/2009	841	10/07/2009	PREDE - Programa de Reg. Extraordinária de Dívidas (N)	DGTF	1 556 000,00 €	10	4	6	1 556 000,00 €	259 333,33 €
28/09/2012	16/11/2012	1702/2012	11/04/2013	Saneamento Financeiro (N)	CGD	1 175 835,69 €	12	0	12	1 175 835,69 €	97 986,31 €
28/09/2012	21/11/2012	1703/2012	11/04/2013	Saneamento Financeiro (N)	CCAM	1 175 835,70 €	12	0	12	1 175 835,70 €	97 986,31 €
28/09/2012	21/11/2012	1701/2012	08/03/2013	PAEL- Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	2 029 129,13 €	14	0	14	1 956 660,23 €	139 761,45 €
TOTAIS						8 070 676,01 €				6 966 691,92 €	745 207,55 €

Para os Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados após entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro:

Amortização Média de Empréstimos de Médio e Longos Prazos - Empréstimos Posteriores à entrada em vigor do RFAEI (art 40º, nº 4)								
Data da aprovação pela Ass.	Data da Contratação do empréstimo	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	CAPITAL Contratado (em euros)	Prazo de contrato	Encargos Médios
		N.º do Registo	Data					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(10) = (11)/(9)
29-04-2016	31-05-2016	1278	15-07-2016	Arranjos Urbanísticos em Diversos Pontos do Concelho (Investimento)	CCAM	1.283.572,82 €	10	128.357,28 €
TOTALS						1.283.572,82 €		128.357,28 €

O Quadro seguinte avalia o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Que conforme se constata o Município cumpre, apresentando uma margem positiva de **744.604,58€**.

Designação	Valores
Receita Corrente Bruta (1)	9 686 380,86 €
Despesa Corrente (2)	8 068 211,45 €
Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazos (3)	873 564,83 €
Saldo = (1) - (2) - (3)	744 604,58 €

4. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Nos termos do PAEL, todos os Municípios que contraíram um empréstimo no âmbito do PAEL, em sede de prestação de contas, devem apresentar informação sobre a aplicação do PAEL e a implementação das medidas apresentadas no PAF, quer em anexo aos seus relatórios de prestação de contas devidamente publicados, quer junto da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Para esse efeito a DGAL procedeu à criação de modelo, de forma que a informação a apresentar por todos os Município tivesse a mesma estrutura.

A informação para efeitos de acompanhamento e monitorização do PAEL é efetuada mediante o preenchimento e envio dos seguintes quadros:

QUADRO I: Síntese da Situação financeira Atual e Previsões de Evolução.

QUADRO II: Medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro.

QUADRO III: Evolução Previsional da Receita e da Despesa.

QUADRO IV: Mapa previsional da Evolução da dívida por curto e médio e longo prazo e do serviço da dívida de EMLP (Dívida em 31/12/2018).

Constam em anexo às Contas do Ano de 2018 os referidos mapas, apreciados pela sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em fevereiro passado.

Acresce que, com as alterações introduzidas pelo artigo 254º da Lei do orçamento de Estado para 2017, Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, ao Programa de Apoio à Economia Local, Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, a aplicação do Plano é suspensa a partir da data da

verificação do cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

Face ao que se antecede, foi comunicado em 28/07/2017, por E-mail do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias locais, o seguinte:

- “A suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro e das suas obrigações do município de Miranda do Douro,

Contatando-se que no exercício de 2018 se verifica o cumprimento do limite total da dívida de operações orçamentais, a aplicação do plano previsto no PAEL encontra-se suspensa.

5. Proposta de Aplicação de resultados

Para cumprimento do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, o executivo propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2018, no montante de 1.104.722,00 €, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais0,00 €
Resultados Transitados(1.104.722,00 €)

6. Outras Informações Relevantes

Em 27/10/2017 pelo ofício da Resíduos do Nordeste, EIM, foi comunicada a alteração dos Estatutos da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., na qual o Município de Miranda do Douro passaria a deter uma participação social. A sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30/09/2016, aprovou a referida alteração estatutária, conforme proposta do Presidente da Câmara Municipal aprovada em reunião de Câmara. A participação do Município no capital social ficou condicionada à realização das seguintes diligências por parte da Resíduos do Nordeste: comunicação estatutária à Inspeção-Geral de Finanças e obtenção do Visto do tribunal de Contas, nos termos do artigo 23º, nº 1, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Não se mostrando cumpridas as referidas diligências ou a dispensa da sua obrigatoriedade, optou-se por não reconhecer a referida operação no Balanço do Município, enquanto não se apurar a obrigatoriedade ou não de lhes dar seguimento.

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício.

8. Disposição Final

De acordo com a alínea l) do número 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal o Relatório de Gestão e demais documentos que compõem a Conta de Gerência de 2018.

Miranda do Douro, 21 de março de 2019

O Presidente da Câmara



(Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.)